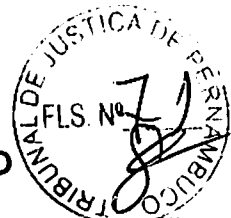




PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

HABEAS CORPUS Nº 0005231-14.2010.8.17.0000 (0211632-3)

077

COMARCA: FLORESTA – PE

IMPETRANTE: JOÃO ALVES DE MELO JUNIOR

PACIENTE: JARDEL DA SILVA ATAÍDE

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

5231

EMENTA: HABEAS CORPUS. PRISÃO EM FLAGRANTE. TRÁFICO DE ILÍCITO DE ENTORPECENTES NA MODALIDADE “TRANSPORTAR”. DEFESA PRÉVIA APRESENTADA. DENÚNCIA RECEBIDA. AUDIÊNCIA INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADA PARA O DIA 28/05/2010. LIBERDADE PROVISÓRIA. VEDAÇÃO EXPRESSA. EXCESSO DE PRAZO JUSTIFICADO. CONSTRANGIMENTO. ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

1. Vedação à liberdade provisória a autores de crimes tipificados no art. 33, da Lei Antidrogas, contida no art. 44, da Lei nº 11.343/06, é razão suficiente para indeferimento da benesse ao acusado preso em flagrante.
2. Excesso de prazo justificado na formação da culpa de paciente preso em flagrante não configura constrangimento ilegal, especialmente, se considerada a vedação contida na lei antidrogas que expressamente proíbe a concessão de liberdade provisória.

resol



3. Ademais, a audiência de instrução e julgamento encontra-se designada para o dia 28 de maio do corrente ano (2010), portanto, é prudente que se aguarde a realização desta, mantida a custódia do paciente. 078
4. Ordem denegada.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do *Habeas Corpus* nº 0005231-14.2010.8.17.0000 (0211632-3), em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em denegar a ordem requerida, nos termos do voto do Des. Relator.

Recife, 1º de junho de 2010.


DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI
Presidente/ Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi



079

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

HABEAS CORPUS Nº 0005231-14.2010.8.17.0000 (0211632-3)

COMARCA: FLORESTA – PE

IMPETRANTE: JOÃO ALVES DE MELO JUNIOR

PACIENTE: JARDEL DA SILVA ATAÍDE

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

RELATÓRIO

Trata-se ordem de *habeas corpus* impetrada pelo advogado João Alves de Melo Junior em favor de JARDEL DA SILVA ATAÍDE apontando como autoridade coatora o juiz de Direito da comarca de Floresta, alegando constrangimento ilegal por excesso de prazo. Ao final, pugna pela expedição do competente alvará de soltura em seu favor.

O impetrante fundamenta a pretensão à ordem alegando que o paciente foi preso em flagrante por suposta violação ao art. 33, da Lei nº 11.343/06. Aduz excesso de prazo para a formação da culpa. Acrescenta que a Lei Antitóxico estabelece prazo para encerramento da audiência de instrução e julgamento. Alega que o paciente é primário, não registra antecedente criminal e tem residência fixa. Afirma que é completamente ilegal e injusta a manutenção da prisão do paciente, haja vista que os prazos encontram-se extrapolados. Informa que a decisão indeferitória está desfundamentada porquanto na demonstra a necessidade da custódia.

Instruem o pedido os documentos de fls 28/42.

A autoridade indicada coatora prestou informações as fls 56/57.

A Douta Procuradoria de Justiça em parecer as fls 66/68, opina pela denegação da ordem.

É O RELATÓRIO.

fcsI



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

080

HABEAS CORPUS Nº 0005231-14.2010.8.17.0000 (0211632-3)

COMARCA: FLORESTA – PE

IMPETRANTE: JOÃO ALVES DE MELO JUNIOR

PACIENTE: JARDEL DA SILVA ATAÍDE

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

VOTO

Cuida-se de ordem de *habeas corpus* impetrada pelo advogado JOÃO ALVES DE MELO JUNIOR em favor de **JARDEL DA SILVA ATAÍDE**, apontando como autoridade coatora a juíza de Direito da comarca de Floresta, objetivando a concessão de writ.

A impetração busca a liberdade provisória do paciente preso em flagrante por suposta violação ao art. 33, da Lei nº 11.343/06, ao argumento de que este possui direito subjetivo de conservar a sua liberdade já que a concessão do benefício não se encontra vedada pela natureza da imputação e o paciente reúne as condições para responder o processo em liberdade.

Salienta, que o §2º do art. 56 da lei antidrogas fixa um prazo de 30 dias do recebimento da denúncia para a realização da audiência de instrução e julgamento se o acusado estiver preso e 90 dias quando requerido exame de dependência. Defende que a tramitação do processo se desenvolva dentro de um juízo de razoabilidade.

Afirma, o impetrante, que não é plausível a justificativa do juiz *a quo* acerca do extrapolamento do prazo processual. Entende que a demora na formação da culpa e a manutenção da prisão do paciente configuram constrangimento ilegal à liberdade de locomoção deste.

fcs/1



Informa que o paciente é primário, pessoa de boa família, possui residência fixa, e sem antecedente criminal, preso a mais tempo do que determina a lei, portanto, preenche os requisitos da liberdade provisória, um direito subjetivo que não deve ser negado.

081

Em suas informações a autoridade indicada coatora, relata que o paciente foi preso em flagrante delito no dia 08 de março de 2009, por violação ao art. 33, caput, da lei antidrogas. Informa que o paciente foi notificado e apresentou defesa prévia escrita em 12/01/2010. Informa, ainda, que a denúncia foi recebida em 20 de abril do ano corrente (2010), e designou audiência de instrução e julgamento para o dia 28 de maio de 2010.

A douta Procuradoria de Justiça diz em parecer que não vislumbra coação ilegal à liberdade de locomoção do paciente quanto ao indeferimento da liberdade provisória. O extrapolamento do prazo processual existe. O paciente está preso a mais tempo do que determina a lei. Na informação justificativa não é plausível para a demora na tramitação do processo. Entretanto, a audiência de instrução criminal designada para o dia 18 de maio de 2010, portanto. Opina pela denegação da ordem de *habeas corpus*.

O procedimento relativo ao tráfico de drogas é previsto nos arts. 55 a 58 da Lei nº 11.343/06. No âmbito da lei de drogas os atos do processo são concentrados em audiência única. Antes do recebimento da denúncia o acusado é notificado a apresentar defesa prévia escrita no prazo fixado em lei. E, o juiz *a quo*, depois de receber a denúncia designará data para audiência de instrução e julgamento, é o que se afigura das informações prestadas.

Como se sabe, o rito processual dos crimes relativos a entorpecentes é especial conforme opção do legislador ordinário. *In casu*, há um lapso temporal que não deve ser atribuído ao Juízo. O prazo para a formação da culpa apresenta pequena demora, mas nada que exceda a razoável duração dos processos nem que submeta o paciente a constrangimento ilegal, conforme alegado na impetração, posto que a audiência já se encontra designada consoante informações do juiz *a quo*.

fcsf



082

A Lei nº 11.343/06 não fixa um prazo determinado para o encerramento da instrução do processo. No entanto, prazo para a formação da culpa não é uma ciência matemática que se possa precisar o seu termo, devendo ser observada as peculiaridades do caso concreto, e, conforme se vê das informações prestadas pela autoridade apontada coatora o feito tramita com regularidade.

No caso dos autos, o lapso temporal decorrido não caracteriza extrapolamento do prazo processual. Em que pese o retardo na instrução do processo, não se vislumbra constrangimento ilegal à liberdade de locomoção do paciente posto que não houve desídia, descaso ou morosidade na tramitação do feito que caracterize a coação ilegal.

A liberdade provisória pleiteada pelo impetrante não deve prosperar já que a vedação contida no art. 44, da Lei nº 11.343/06, proíbe a concessão do benefício. Além disso, a inafiançabilidade do crime imputado ao paciente evidencia que a liberdade provisória não pode ser concedida.

Ademais, é notório que o inciso XLIII do art. 5º, da CF/88, estabelece que o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins a lei considerará crimes inafiançáveis, uma evidencia de que a liberdade provisória não pode ser concedida. Com isso, não deve ser atendido o pleito do impetrante em face da vedação expressa do art. 44 da Lei nº 11.343/06, o qual proíbe a concessão de liberdade provisória aos autores de crime de tráfico ilícito de entorpecentes.

Na linha do entendimento da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, "a vedação expressa do benefício da liberdade provisória aos crimes de tráfico ilícito de entorpecentes, disciplinada no art. 44 da Lei n.º 11.343/06 é, por si só, motivo suficiente para impedir a concessão da benesse ao réu preso em flagrante por crime hediondo ou equiparado, nos termos do disposto no art. 5.º, inciso LXVI, da Constituição Federal, que impõe a inafiançabilidade das referidas infrações penais". HC 134167/GO, relator Min. JORGE MUSSI, julgado em 03/11/2009.

fcs

083



Pelo exposto, não se vislumbra qualquer constrangimento ilegal ao direito de locomoção do paciente porquanto não restou caracterizado que a desídia do juiz a quo, pois conforme se verifica a audiência de instrução e julgamento está em vias de ser encerrada, haja vista que no dia 28 do corrente mês e ano (2010), será realizada e, em consonância com o parecer da Douta Procuradoria de Justiça, o meu voto é pela denegação da ordem.

É COMO VOTO.

fcsi